



ENERGISA MATO GROSSO DO SUL- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50
NIRE 54.300.000.566
Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DA COMPANHIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2018, ÀS 10:00 HORAS**

1. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, JÁ DIVULGADA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS EM 20 DE MARÇO DE 2018, PARA A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2017 DE ACORDO COM O ANEXO 9-1-II DA IN CVM Nº 481.

1. Informar o lucro líquido do exercício:

R\$ 87.037.024,56 em 2017.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Dividendos de R\$ 98.923.582,75, perfazendo R\$ 152,89225558 por ação ordinária, já tendo sido antecipados e quitados totalmente: i) em 31 de agosto de 2017 o valor de R\$ 30.920.659,03 (R\$ 47,78970971 por ação ordinária), ii) em 21 de dezembro de 2017, a importância de R\$ 21.008.936,61 (R\$ 32,47055572 por ação), e iii) em 15 de março de 2018, o montante de R\$ 46.993.987,11 (R\$ 72,63199015 por ação ordinária).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

113,7%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não houve.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Dividendos de R\$ 98.923.582,75, perfazendo R\$ 152,89225558 por ação ordinária, tendo sido antecipados e quitados: i) em 31 de agosto de 2017 o valor de R\$ 30.920.659,03 (R\$ 47,78970971 por ação ordinária), ii) em 21 de dezembro de 2017, a importância de R\$ 21.008.936,61 (R\$ 32,47055572 por ação) e iii) em 15 de março de 2018, o montante de R\$ 46.993.987,11 (R\$ 72,63199015 por ação ordinária)..

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Os dividendos foram pagos à vista.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Dividendos de R\$ 98.923.582,75, perfazendo R\$ 152,89225558 por ação ordinária, já tendo sido antecipados e quitados totalmente: i) em 31 de agosto de 2017 o valor de R\$ 30.920.659,03 (R\$ 47,78970971 por ação ordinária), ii) em 21 de dezembro de 2017, a importância de R\$ 21.008.936,61 (R\$ 32,47055572 por ação), e iii) em 15 de março de 2018, o montante de R\$ 46.993.987,11 (R\$ 72,63199015 por ação ordinária).

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Foram antecipados em: i) em 31 de agosto de 2017 o valor de R\$ 30.920.659,03 (R\$ 47,78970971 por ação ordinária) e ii) em 21 de dezembro de 2017, a importância de R\$ 21.008.936,61 (R\$ 32,47055572 por ação), e iii) em 15 de março de 2018, o montante de R\$ 46.993.987,11 (R\$ 72,63199015 por ação ordinária).

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido (R\$)	Lucro líquido por ação/lote de mil ações (R\$)
2017	87.037.024,56	134,52
2016	107.378.461,41	167,27
2015	109.560.270,59	173,58

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores (não houve distribuição de juros sobre capital próprio):

Exercício	Dividendo total (R\$)	Ação ordinária (R\$ por ação/lote mil)
2017	98.923.582,75	152,89225558
2016	102.009.538,34	157,66178271
2015	104.082.257,06	1,649053698334

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 5.206.504,36

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício - R\$ 87.037.024,56

Ajuste com base no "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" - R\$ 17.093.062,55

Percentual da Reserva legal - 5%

Reserva legal = (R\$ 87.037.024,56 + R\$ 17.093.062,55) x 5% = R\$ 5.206.504,36

9. **Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**
Não aplicável.
10. **Em relação ao dividendo obrigatório**
- a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**
Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social:
“Art.32 - A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n° 6.404/76.”
- b. **Informar se ele está sendo pago integralmente**
A Companhia vem realizando pagamento de dividendos em valor acima do mínimo obrigatório (25%).
- c. **Informar o montante eventualmente retido**
Não há.
11. **Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.**
Não aplicável.
12. **Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.**
Não aplicável.
13. **Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.**
Não aplicável.
14. **Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.**
Não aplicável.
15. **Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**
- a. **Identificar o montante da retenção.**
Não aplicável.
- b. **Fornecer cópia do orçamento de capital**
Não aplicável.
16. **Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.**
Não aplicável.

2. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA - ELABORADA COM BASE NO CAPÍTULO 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (IN CVM 480/09) - PARA A REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia está baseada nas seguintes premissas:

Conselho de Administração

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis, para o Presidente e Vice Presidente do Conselho.

Diretoria Estatutária

- Estar alinhada às práticas do mercado e garantir a competitividade organizacional da empresa no seu segmento.
- Ser transparente e formalizada através de regras que garantem o seu correto entendimento.
- Ser flexível e poder sofrer adaptações ao longo do tempo, conforme ajuste/mudança das estratégias da organização.
- Basear-se em resultados objetivos e mensuráveis.

Diretoria Não Estatutária

- A Companhia atualmente não possui diretoria não estatutária

Conselho Fiscal

Atualmente, o conselho fiscal da Companhia não se encontra instalado.

b) Composição da Remuneração:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Risco da Companhia, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê de Divulgação e Comitê de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro é composta pelos elementos abaixo descritos, os quais possuem os seguintes objetivos:

Conselho de Administração:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores. O mercado Hay é utilizado para o Presidente e Vice Presidente do Conselho. Demais Conselheiros são reajustados pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos. O pacote de benefícios atualmente é oferecido para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas de contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay. Somente possui direito à Remuneração Variável de curto prazo o Presidente e Vice Presidente do Conselho de Administração.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada oferecida para o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Salário/Honorários: Valor pago mensalmente, cujo principal objetivo é remunerar o executivo dentro da mediana do “mercado Hay”. O mercado Hay é calculado de acordo com pesquisa salarial realizada pela Hay do Brasil Consultores.

Benefícios Diretos e Indiretos: Pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, incluindo seguro de vida, seguro saúde e automóvel com o objetivo de contribuir para o bem estar e atrair e reter os executivos.

Outros: Valor do Encargo Social (INSS) parte empresa e depósito FGTS.

(b) Remuneração Variável:

Programa de Remuneração de Curto Prazo: Valor pago em função do cumprimento das metas de contratadas para curto prazo estabelecido por meio de indicadores de desempenho, tendo como objetivo remunerar o executivo com base no seu desempenho e no da empresa tendo como referência a mediana do mercado Hay.

(c) Benefícios pós-emprego: Previdência Privada

Diretoria Não Estatutária:

Atualmente a Companhia não possui diretoria não estatutária

Conselho Fiscal

Atualmente, o conselho fiscal da Companhia não se encontra instalado.

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	49%	2%	16%	33%	0%	100%
Diretoria Estatutária	51%	5%	17%	24%	4%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	54%	0%	6%	40%	0%	100%
Diretoria Estatutária	32%	4%	7%	51%	6%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a proporção de cada elemento da remuneração total era de:

Orgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Total
Conselho de Administração	65%	0%	12%	23%	0%	100%
Diretoria Estatutária	51%	0%	10%	39%	0%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-

iii) Metodologia do cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração e dos integrantes da Diretoria Estatutária é definido em assembleia geral de acionistas da Companhia e tem como base pesquisa salarial realizada pela empresa de consultoria pela Korn Ferry HayGroup. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay. Os demais integrantes do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento. O reajuste da parcela fixa e variável da remuneração devida à Diretoria Não Estatutária segue os mesmos moldes da Diretoria Estatutária, só não ocorrendo aprovação da assembleia geral de acionista da Companhia.

O Mercado Hay 2017 contempla: 3787 executivos pesquisados em 318 empresas de vários portes e vários setores, 6 macro setores (Indústria de Base, Indústria Geral, Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comércio/Varejo e Agronegócio).

A Hay disponibiliza várias equações para cálculo da remuneração dos executivos. Na companhia utilizamos as seguintes equações:

Equação do Salário Base: Salário nominal (base maio) anualizado de acordo com o número de salários pagos no ano. Equação utilizada para calcular a parcela fixa da remuneração dos administradores.

Equação do Total em Dinheiro: Salário Base acrescido dos incentivos de curtos prazos alvos (bônus, participação nos resultados, prêmios, entre outros) pagos no último exercício fiscal. Equação utilizada para calcular a parcela variável da remuneração dos administradores.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as responsabilidades do cargo e nível de competitividade da Companhia.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Todos os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia são remunerados Pela Companhia.

<p>c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:</p>
<p>Parcela Fixa da Remuneração: Não são utilizados indicadores de desempenho.</p> <p>Parcela da Remuneração Variável de Curto Prazo: Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da parcela de Remuneração Variável de Curto Prazo estão alinhados com os objetivos da Companhia e contemplam todas as importantes dimensões de seus resultados, quais sejam, financeira, de clientes, processos internos, colaboradores e de melhoria contínua.</p> <p>Os principais indicadores utilizados para Remuneração Variável de Curto Prazo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> Despesas Controláveis Lucro Líquido Ajustado EBITDA Ajustado PDD + incobráveis Perdas Totais Inadimplência Pendente ISQP Estoque médio HE/HHT Projeção da base de remuneração
<p>d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:</p>
<p>Os valores da participação nos resultados são definidos de acordo com o desempenho de cada executivo. Este desempenho é medido por meio da metodologia de medição e gestão de desempenho <i>Balanced Scorecard</i> (“BSC”), sendo que para BSC = 100% paga-se a mediana do “mercado Hay”. Da mesma forma, para desempenhos inferiores, paga-se valor abaixo da mediana do “mercado Hay” e para desempenhos superiores, paga-se acima dessa mediana.</p>
<p>e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:</p>
<p>Através da prática de adoção da remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, a Companhia busca, a curto prazo, atrair e, a médio e longo prazo, conservar profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e o seu plano de negócios.</p>
<p>f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:</p>
<p>O Conselho de Administração a Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária possuem sua remuneração rateada entre as empresas do grupo. Para definição do rateio levou-se em consideração os serviços prestados por cada administrador respectivamente para cada empresa do grupo da Companhia. São rateados Salário, Benefícios Diretos e Indiretos e a Remuneração Variável. Para obtenção dos valores do rateio consultar o quadro 13.15.</p>
<p>g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle societário do emissor:</p>
<p>Em decorrência da compra ou alienação de controle societário, normalmente é pago, para os profissionais que atuaram diretamente na operação, um bônus definido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.</p> <p>No exercício de 2016 foi pago bônus referente a realização da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações (“Units”) da Companhia.</p>

h) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando:

- i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, indicando de que forma participam:

Participa do processo decisório o Comitê de Remuneração do Grupo Energisa que é composto por membros do Conselho de Administração, entre eles membros independentes. A diretoria de Gestão de Pessoas apresenta para o Comitê a sugestão de remuneração individual em função da pesquisa elaborada pela Hay. O Comitê delibera sua aprovação ou propõe ajustes que julgar necessários. Após a aprovação do Comitê de Remuneração o mesmo é apresentado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia para ser referendado.

- ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A remuneração individual é definida como base na pesquisa salarial realizada pela Korn Ferry HayGroup. A política da Companhia é pagar dentro da Mediana do Mercado Hay para o Presidente do Conselho e membros da Diretoria. Os demais integrantes do Conselho de Administração têm sua remuneração fixa reajustada pela variação do Inpc, respeitando o limite previsto em orçamento.

- iii. Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

Anualmente com base no parecer do Comitê de Remuneração que é composto por membros do conselho, inclusive membro independente.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2015

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	8,00		13,00
c. Número de Membros Remunerados	5,00	8,00		13,00
d. Remuneração Segregada em:				
d.i. Remuneração Fixa Anual	164.245,55	2.832.650,03	-	2.996.895,58
. Salário ou pró-labore	139.045,55	2.357.122,75		2.496.168,30
. Benefícios diretos e indiretos				0,00
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	25.200,00	475.527,28	-	500.727,28
d.ii. Remuneração Variável	49.486,56	1.834.178,84	-	1.883.665,40
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	49.486,56	1.834.178,84		1.883.665,40
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
d.iii. Benefícios pós-emprego				0,00
d.iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	213.732,11	4.666.828,87	-	4.880.560,98

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CV/MSEP/02/18

(2) Detalhamento do cálculo do número de membros esta no item 13.16.

Ano: 2016

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	7,58		12,58
c. Número de Membros Remunerados	4,00	7,58		11,58
d. Remuneração Segregada em:				
d.i. Remuneração Fixa Anual	279.101,78	2.805.046,08	-	3.084.147,86
. Salário ou pró-labore	252.776,54	2.079.463,34		2.332.239,88
. Benefícios diretos e indiretos	- 105,72	270.656,23		270.550,51
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	26.430,96	454.926,51	-	481.357,47
d.ii. Remuneração Variável	190.621,23	3.335.964,58	-	3.526.585,81
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	190.621,23	3.335.964,58		3.526.585,81
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
d.iii. Benefícios pós-emprego	-	411.600,62		411.600,62
d.iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	469.723,01	6.552.611,28	-	7.022.334,29

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18

(2) Detalhamento do calculo do numero de membros esta no item 13.16.

(3) Um dos membros do Conselho recebe seus honorários como diretor

Ano: 2017

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	7,00		12,00
c. Número de Membros Remunerados	4,00	7,00		11,00
d. Remuneração Segregada em:				
d.i. Remuneração Fixa Anual	438.400,91	2.715.469,66	-	3.153.870,57
. Salário ou pró-labore	321.889,92	1.920.382,90		2.242.272,82
. Benefícios diretos e indiretos	12.685,39	175.915,59		188.600,98
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	103.825,60	619.171,17	-	722.996,77
d.ii. Remuneração Variável	220.623,00	879.362,40	-	1.099.985,40
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	220.623,00	879.362,40		1.099.985,40
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
d.iii. Benefícios pós-emprego		137.623,56		137.623,56
d.iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	659.023,91	3.732.455,62	-	4.391.479,53

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVM/SEP 02/18

(2) Detalhamento do calculo do numero de membros esta no item 13.16.

(3) Um dos membros do Conselho recebe seus honorários como diretor

O valor realizado de 2017 (R\$ 4.391.479,53) representou 55% do valor limite aprovado para 2017 (R\$ 8.021.781,00).

O limite de remuneração abaixo a ser aprovado pela Assembleia, refere-se ao período de maio/17 a abril/2018.

Ano: 2018 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número Total de Membros	5,00	8,00		13,00
c. Número de Membros Remunerados	5,00	8,00		13,00
d. Remuneração Segregada em:				
d.i. Remuneração Fixa Anual	571.253,21	2.873.294,62	-	3.444.547,83
. Salário ou pró-labore	476.044,34	2.061.735,89		2.537.780,23
. Benefícios diretos e indiretos		234.272,68		234.272,68
. Remuneração por participação em comitês				0,00
. Outros (INSS + FGTS)	95.208,87	577.286,05	-	672.494,92
d.ii. Remuneração Variável	634.858,86	3.482.675,68	-	4.117.534,54
. Bônus				0,00
. Participação nos resultados	634.858,86	3.482.675,68		4.117.534,54
. Remuneração por participação em reunião				0,00
. Comissões				0,00
d.iii. Benefícios pós-emprego	47.604,43	206.173,59		253.778,02
d.iv. Benefícios motivados pela cessação de exercício do cargo				0,00
e.f. Valor da Remuneração por órgão e Total Geral	1.253.716,50	6.562.143,89	-	7.815.860,39

Notas:

(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofícios Circular: CVMSEP 02/18

O Limite para aprovação (R\$ 7.815.860,39) corresponde a uma redução de 3% em relação ao limite anterior (R\$ 8.021.781,00), visando alinhar com expectativa inflacionária e novo rateio de remuneração entre as empresas do grupo.

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano: 2015

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Total de Membros	5,00	8,00	-	13,00
c. Número de Membros Remunerados	2,00	8,00	-	10,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
d. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	90.138,44	350.922,35	-	441.060,79
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	450.692,20	1.754.611,76		2.205.303,96
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	360.553,76	1.403.689,41		1.764.243,17
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	49.486,56	1.834.178,84	-	1.883.665,40

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

Ano: 2016

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Total de Membros	5,00	7,58		12,58
c. Número de Membros Remunerados	2,00	7,00	-	9,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
d. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	96.898,83	377.241,53	-	474.140,35
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	484.494,12	1.886.207,64		2.370.701,76
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	387.595,30	1.508.966,11		1.896.561,41
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	190.621,23	3.335.964,58		3.526.585,81

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

(2) O valor efetivamente reconhecido no resultado foi superior ao valor máximo previsto devido ao pagamento de participação adicional referente a realização da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações ("Units") e provisionamento do bônus de Longo Prazo. Quando da elaboração dos limites de participação nos resultados ainda não estavam previstos estes, motivo pelo qual não foi orçado, todavia mesmo com este pagamento extra não houve estouro do limite global de remuneração previsto para o exercício.

Ano: 2017

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Total de Membros	5,00	7,00		12,00
c. Número de Membros Remunerados	2,00	7,00	-	9,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	0,00
d. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	96.898,83	377.241,53	-	474.140,35
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	347.609,43	2.974.828,41		3.322.437,83
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	387.595,30	1.508.966,11		1.896.561,41
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado	220.623,00	879.362,40		1.099.985,40

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

Ano: 2018 (a ser aprovado em Assembléia de Acionistas da Companhia)

a.	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Total de Membros	5,00	8,00	-	13,00
c. Número de Membros Remunerados	2,00	8,00	-	10,00
d. Bônus				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	0,00
d. Participação nos Resultados				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração	126.971,77	696.535,14	-	823.506,91
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração	634.858,86	3.482.675,68		4.117.534,54
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	507.887,09	2.786.140,54		3.294.027,63

Nota

(1) No Conselho de Administração somente o Presidente e Vice Presidente do Conselho possuem remuneração variável

13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: (a) termos e condições gerais; (b) principais objetivos do plano; (c) forma como o plano contribui para esses objetivos; (d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor; (e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; (f) número máximo de ações abrangidas; (g) número máximo de opções a serem outorgadas; (h) condições de aquisição de ações; (i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; (j) critérios para fixação do prazo de exercício; (k) forma de liquidação; (l) restrições à transferência das ações; (m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; e (n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	7,00
c. número de membros remunerados	-	3
d. Nome do Plano	Plano Energisa de Complementação de Aposentadoria	
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
f. condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> . Ter no mínimo 55 anos de idade . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Ter no mínimo 5 anos de vinculação ao plano . Término do vínculo empregatício com a patrocinadora . Estar elegível a um benefício de aposentadoria pela previdência oficial 	
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 1.177.932,80
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 133.820,28
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim, com as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> . Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora . Término do vínculo empregatício . O valor a ser resgatado referente a parte da patrocinadora é proporcional ao seu tempo de serviço 	

a)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	7,00
c. número de membros remunerados	-	1
d. Nome do Plano	Plano de Benefícios Energisa e Plano de Benefícios Elétricas OP	
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
f. condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> . <u>Plano de Benefícios Energisa</u>: 45 anos de idade; 5 anos de contribuição ao Plano e 5 anos de vínculo empregatício ou de direção com a Patrocinadora. 	
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 7.870,15
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 3.803,28
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não, somente após rescisão do vínculo empregatício ou de direção com a Patrocinadora.	

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Conselho de Administração

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2015	5,00	5,00	59.587,50	30.240,00	42.746,42
2016	5,00	4,00	169.063,70	32.404,80	117.430,75
2017	5,00	4,00	380.103,01	38.571,12	164.755,98

Nota:

(1) Para cálculo da menor remuneração foi considerado o Membro que recebeu honorários durante os 12 meses.

Diretoria Estatutária

Ano	Número de Membros Total	Número de Membros Remunerados	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remuneração individual
2015	8,00	8,00	1.027.096,49	125.882,16	583.353,61
2016	7,58	7,58	1.047.061,33	165.452,78	864.460,59
2017	7,00	7,00	1.409.143,45	115.458,48	533.207,95

Nota:

(1) Para cálculo da menor remuneração foi considerado o Membro que recebeu honorários durante os 12 meses.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2015	2016	2017
Conselho de Administração	42%	43%	30%
Diretoria Estatutária	14%	13%	13%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Exercício social 2017 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	208.270,83	3.360.153,46	0,00	3.568.424,29
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	5.704.204,69	6.380.829,92	0,00	12.085.034,61

Exercício social 2016 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	329.285,54	230.475,84	0,00	559.761,38
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	8.048.796,90	7.736.679,59	0,00	15.785.476,49

Exercício social 2015 - remuneração recebida em função de serviços prestados pelos administradores para as demais empresas do grupo da Companhia

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	203.476,07	244.980,29	0,00	448.456,36
Controladas do emissor				
Sociedades sob controle comum	5.834.491,85	7.236.188,54	0,00	13.070.680,39

13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Abaixo memória de cálculo do numero de Membros do Conselho e da Diretoria previsto no item 13.2

2015														
Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media	
Numero Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00
Numero de Membros Remunerados	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media	
Numero Total de Membros	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8,00
Numero de Membros Remunerados	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8,00
Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media	
Numero Total de Membros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Numero de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
2016														
Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media	
Numero Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00
Numero de Membros Remunerados	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media	
Numero Total de Membros	8	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7	7	7,58
Numero de Membros Remunerados	8	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7	7	7,58
Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media	
Numero Total de Membros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Numero de Membros Remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
2017														
Conselho	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media	
Numero Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00
Numero de Membros Remunerados	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Media	
Numero Total de Membros	8	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7	7	7,58
Numero de Membros Remunerados	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00

3. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 11 DA INSTRUÇÃO CVM 481 PARA REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

A Administração da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (“EMS” ou “Companhia”) vem, em atenção ao disposto no artigo 6º da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), disponibilizar aos Senhores Acionistas, em referência ao artigo 11 da Instrução CVM 481, determinadas informações relativamente à proposta de (i) alteração do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia; e (ii) inclusão de dispositivo estatutário estabelecendo regra para determinação do valor de reembolso, conforme previsão do § 1º do artigo 45 da Lei 6404/76; com vistas a instruir a matéria a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia.

I. ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO PROPOSTA

Aumento do número máximo de cargos da Diretoria Estatutária

A administração da Companhia propõe aumentar de 7 (sete) para 8 (oito) o número máximo de diretorias estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia, de forma a adequar-se à nova estrutura organizacional do grupo Energisa.

Face o acima exposto, os acionistas da Companhia aprovarão a reforma do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento no número máximo de cargos na Diretoria da Companhia, passando o referido Artigo, que tem a seguinte redação:

“Art. 21. A Diretoria será composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Findos normalmente os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.”

a vigorar com a seguinte nova redação:

“Art. 21. A Diretoria será composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 8 (oito) membros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Findos normalmente os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.”

A administração propõe, ainda, que a assembleia geral autorize o Conselho de Administração da Companhia a implementar alterações no Regimento Interno da Diretoria, visando uniformizar a nomenclatura e atribuições das diretorias estatutárias da Companhia com as demais distribuidoras do grupo Energisa.

Inclusão de dispositivo estatutário estabelecendo regra para determinação do valor de reembolso

A administração da Companhia propõe a inclusão do parágrafo 6º no artigo 4º do Estatuto Social de forma a estabelecer a regra para determinação do valor de reembolso que corresponderá ao valor de patrimônio líquido da Companhia apurado no último balanço aprovado pela assembleia geral, conforme previsão do § 1º do artigo 45 da Lei 6404/76.

Face o acima exposto, os acionistas da Companhia aprovarão a inclusão de um novo parágrafo no Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para estabelecer a regra para determinação do valor de reembolso, que vigorará com a seguinte redação:

“§ 6 - O pagamento do reembolso das ações, quando aplicável, será efetuado pelo valor correspondente ao valor de patrimônio líquido da Companhia apurado no último balanço aprovado pela assembleia geral, nos termos do artigo 45 e seus parágrafos da Lei 6404/76.”

II. DOS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DA ALTERAÇÃO PROPOSTA

A Administração da Companhia entende não haver efeitos jurídicos ou econômicos relevantes decorrentes das propostas ora apresentadas.

III. CÓPIA DO ESTATUTO SOCIAL DESTACANDO A ALTERAÇÃO PROPOSTA

A cópia do Estatuto Social consolidado com as alterações propostas em marcas de revisão segue abaixo:

ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50
NIRE 54.300.000.566
Companhia Aberta

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. é uma sociedade por ações, regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes e tem sua sede e foro na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências de representação, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Art. 2º Os fins da Companhia são:

- a) a exploração de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, podendo estudar, planejar, projetar, desenvolver, construir e explorar os respectivos sistemas, bem como prestar serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser delegados, e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos;
- b) gerir ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades, bem como estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia;
- c) prestar quaisquer serviços, de natureza pública ou privada, correlatos à gestão de ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades;
- d) contribuir para a preservação do meio ambiente no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário;
- e) aquisição de títulos do mercado de capitais; e
- f) ampliação de suas atividades a todo e qualquer ramo que, direta ou indiretamente, tenha relação com os objetivos sociais da Companhia.

Art. 3º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 4º O capital social é de R\$ 616.732.727,62 (seiscentos e dezesseis milhões, setecentos e trinta e dois mil, setecentos e vinte sete reais e sessenta e dois centavos), dividido em 647.015 (seiscentas e quarenta e sete mil e quinze) Ações Ordinárias, todas sem valor nominal.

§ 1º As Ações Ordinárias serão Nominativas.

§ 2º A Companhia poderá emitir Ações Preferenciais Nominativas, com as seguintes características:

I - sem direito a voto;

II - prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;

III - prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de Ações, dividendo a ser entre elas rateado igualmente;

IV - direito de participar - depois de atribuído às Ações Ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto no inciso “III” supra - da distribuição de quaisquer dividendos ou bonificações, em igualdade de condições com as Ações Ordinárias.

§ 3º As Ações Preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

§ 4º A transferência de propriedade das Ações Nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia.

§ 5º O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

§ 6º O pagamento do reembolso das ações, quando aplicável, será efetuado pelo valor correspondente ao valor de patrimônio líquido da Companhia apurado no último balanço aprovado pela assembleia geral, nos termos do artigo 45 e seus parágrafos da Lei 6404/76.

Art. 5º Observado que o número de Ações Preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das Ações emitidas, a Companhia fica desde já autorizada:

I - a aumentar o número das Ações Ordinárias sem guardar proporção com as Ações Preferenciais de qualquer classe então existente;

II - a aumentar o número das Ações Preferenciais de qualquer classe sem guardar proporção com as demais classes então existentes ou com as Ações Ordinárias;

III - a criar classes de Ações Preferenciais mais favorecidas ou não que as já existentes ou que vierem a existir.

Art. 6º Independentemente de modificação estatutária e observado o disposto no artigo anterior, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por subscrição, até o limite de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações.

Art. 7º Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberação sobre a emissão de Ações, estabelecendo:

I - se o aumento será mediante subscrição pública ou particular;

II - as condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o prazo e as prestações de integralização;

III - as características das Ações a serem emitidas (quantidade, espécie, classe, forma, vantagens, restrições e direitos);

IV - o preço de emissão das Ações.

Art. 8º Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de Ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

Art. 9º Quando houver direito de preferência dos antigos Acionistas, o prazo para seu exercício, se não se estipular outro maior, será de 30 (trinta) dias contados de um dos dois seguintes eventos que antes ocorrer:

I - primeira publicação da Ata ou do Extrato da Ata que contiver a deliberação de aumento de capital;
ou

II - primeira publicação de específico Aviso aos Acionistas, quando este for feito pela administração.

Art. 10. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, Ações de qualquer espécie, debêntures conversíveis em Ações e bônus de subscrição, desde que a respectiva colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou, ainda, mediante permuta de Ações, em oferta

pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Fica também excluído o direito de preferência para subscrição de Ações nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais.

Art. 11. Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá passar a manter suas Ações Nominativas sob a forma escritural, em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira que designar, sem emissão de certificados.

Art. 12. O Acionista que, nos prazos marcados, não efetuar o pagamento das entradas ou prestações correspondentes às Ações por ele subscritas ou adquiridas ficará de pleno direito constituído em mora, independente de notificação ou de interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (hum por cento) ao mês, da correção monetária e da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor daquelas prestações ou entradas.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ 1.º A mesa da Assembleia Geral será composta de um presidente e um secretário, sendo aquele escolhido por aclamação ou eleição e este nomeado pelo presidente da Assembleia Geral, a quem compete dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões.

§ 2.º Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias Gerais, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 horas antes da reunião.

§ 3.º Quinze dias antes da data das Assembleias Gerais, ficarão suspensos os serviços de transferências, conversão, agrupamento e desdobramento de certificados.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Art. 15. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO I CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 16. O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato por 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Findos, normalmente, os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Conselheiros eleitos.

§ 1.º Os Conselheiros elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração na primeira reunião do órgão, após sua posse.

§ 2.º Será assegurada a indicação de 1 (um) empregado ativo da Companhia para integrar o Conselho de Administração, escolhido em processo eleitoral por empregados ativos da Companhia, com base em Regulamento Eleitoral aprovado pela Diretoria da Companhia.

Art. 17. Além das atribuições que lhe são conferidas por lei e por este Estatuto, compete ao Conselho de Administração:

- I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II - eleger e destituir os Diretores da Companhia;

III - fixar as atribuições dos Diretores, observadas as normas deste Estatuto e as fixadas pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria;

IV - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V - convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

VI - manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;

VII - aprovar o orçamento anual da Companhia;

VIII - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores, observados, neste último caso os limites legais;

IX - por proposta da Diretoria, deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

X - autorizar a participação da Companhia em outras sociedades, em consórcios, "joint ventures", subsidiárias integrais, sociedades em conta de participação e em outras formas de associação e empreendimentos com terceiros, no país ou no exterior;

XI - autorizar a alienação das participações mencionadas na alínea imediatamente anterior, desde que exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria;

XII - definir, para a Diretoria, como serão exercidos os respectivos direitos que decorrem da posição de Companhia como sócia ou participante;

XIII - autorizar a prática de atos que tenham por objeto renunciar a direitos ou transigir, bem como a prestar fiança em processos fiscais, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XIV - autorizar a aquisição de Ações da própria Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, e, neste último caso, deliberar sobre sua eventual alienação;

XV - autorizar a prática de atos que importem na constituição de ônus reais ou na alienação referentes a bens do seu ativo permanente, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVI - autorizar a prática de quaisquer atos que importem em obrigação para a Companhia ou na liberação de terceiros de obrigações para com a mesma, observadas as normas e/ou limites fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada, direta ou indiretamente;

XVII - autorizar a realização de contratos com os Administradores, Acionistas Controladores ou com sociedade em que os Administradores ou Acionistas Controladores tenham interesse, exceto com as sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

XVIII - deliberar sobre a outorga de opção de compra de Ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;

XIX - deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, observadas as formalidades legais;

XX - escolher e destituir os auditores independentes;

XXI - autorizar a assinatura de mútuo, nota ou outro instrumento de dívida, desde que qualquer desses atos exceda os limites máximos de valor fixados pelo próprio Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais;

XXII - autorizar a prática de atos gratuitos, a concessão de fiança ou garantia a obrigação de terceiro ou a assunção de obrigação em benefício exclusivo de terceiros, por parte da Companhia, sendo dispensada essa autorização para atos entre a Companhia e qualquer sociedade que seja por ela controlada direta ou indiretamente, inclusive a outorga de garantias reais e/ou pessoais; e

XXIII - resolver sobre os casos omissos neste Estatuto.

Art. 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, a qualquer tempo.

§ 1.º As convocações serão feitas por seu Presidente, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

§ 2.º As reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

§ 3.º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos conselheiros presentes.

§ 4.º Os Conselheiros poderão se fazer representar por um de seus pares, munidos de poderes expressos, inclusive para votar, bem como participar das reuniões por vídeo ou teleconferência, desde que presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração sendo considerados presentes à reunião e devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho de Administração por carta, fac-símile ou correio eletrônico antes do término da reunião. Uma vez recebida a declaração, o Presidente do Conselho de Administração ficará investido de plenos poderes para assinar a Ata da reunião em nome desse Conselheiro.

Art. 19. Além de suas atribuições como Conselheiro, são atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

I - convocar as reuniões ordinárias (ou fixar as datas em que periodicamente estas ocorrerão) e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho de Administração;

II - instalar e presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho de Administração;

III - comunicar à Diretoria, aos Acionistas e à Assembléia Geral, quando for o caso, as deliberações tomadas pelo Conselho de Administração;

IV - firmar as deliberações do Conselho de Administração que devam ser expressas em resoluções, para conhecimento ou cumprimento dos diretores e do próprio Conselho de Administração;

V - dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto.

Art. 20. Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante suas ausências ou impedimentos temporários. No caso de vaga, terá as atribuições do Presidente, até que outro seja eleito pela primeira Assembleia Geral que vier a se realizar.

SEÇÃO II

DIRETORIA

Art. 21. A Diretoria será composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 8 (oito) membros, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Findos normalmente os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

§ 1.º No caso de vaga na Diretoria além das permitidas no *caput*, o Conselho de Administração, no período de 30 (trinta) dias a contar da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

§ 2.º O Conselho de Administração estabelecerá a composição da Diretoria, bem como fixará as atribuições de cada um de seus membros, nomeando dentre eles um Diretor-Presidente ao qual competirá, privativamente, representar a Companhia, em juízo, ativa ou passivamente, recebendo citação inicial.

§ 3.º O Conselho de Administração também designará, entre os Diretores, aquele incumbido das funções de Diretor de Relações com Investidores, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como cuidar do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com suas entidades reguladoras e fiscalizadoras.

§ 4.º Na ausência ou impedimento de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO V CONSELHO CONSULTIVO

Art. 22. A Companhia poderá ter um Conselho Consultivo composto de até 6 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração e com mandato pelo prazo de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo único. O Conselho de Administração, ao eleger os membros do Conselho Consultivo, fixará os seus honorários.

Art. 23. Os conselheiros elegerão o presidente do Conselho Consultivo.

Art. 24. Competirá ao Conselho Consultivo, sempre reservadamente:

I - aconselhar a administração na orientação superior dos negócios sociais;

II - pronunciar-se sobre assuntos ou negócios da Companhia que lhe forem submetidos a exame; e

III - transmitir ao Conselho de Administração informações e dados técnicos, econômicos, industriais ou comerciais concernentes aos objetivos sociais da Companhia e das sociedades em que esta participar, apresentando sugestões e recomendações.

Art. 25. O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado por seu Presidente ou pelo Conselho de Administração, por correio eletrônico, carta ou telegrama, com a antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões do Conselho Consultivo se instalarão com a presença da maioria de seus membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Art. 26. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, o qual só entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral que eleger os respectivos titulares, fixando-lhes a remuneração.

Art. 27. Os Conselheiros Fiscais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos Suplentes.

§ 1.º Para que o Conselho Fiscal possa funcionar, será necessária a presença da maioria de seus membros.

§ 2.º Caberá ao Conselho Fiscal eleger o seu Presidente na primeira reunião realizada após sua instalação.

CAPÍTULO VII
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 28. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 29. As demonstrações financeiras e a destinação dos resultados obedecerão às prescrições legais e às deste Estatuto.

Parágrafo único. A Companhia levantará balanços semestrais, podendo fazê-lo também, a critério da administração, trimestralmente ou em períodos menores. Nos termos da regulamentação aplicável, os balanços referidos neste Parágrafo Único deverão acompanhar relatório contemplando resultados de estudos, auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade de sua implementação, com informações suficientes que suportem tal pretensão.

Art. 30. Satisfeitos os requisitos e limites legais, os Administradores da Companhia terão direito a uma participação de até 10% (dez por cento) sobre os resultados do período, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O Conselho de Administração decidirá sobre a distribuição desta quota entre Conselheiros e Diretores.

Art. 31. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de Reserva Legal de que trata o art. 193, da Lei n° 6.404/76.

Art. 32. A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas Ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.° 6.404/76.

Art. 33. Poderão ser pagos ou creditados, pela Companhia, juros sobre o capital próprio, imputando-se o respectivo valor ao dos dividendos obrigatórios previstos no art. 32 supra, de acordo com a Lei n.° 9.249/95 e suas modificações havidas ou que venham a ocorrer.

CAPÍTULO VIII
DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 34. A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação será mantido o Conselho de Administração, competindo-lhe nomear o Liquidante.

4. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES, ELABORADOS DE ACORDO COM O ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

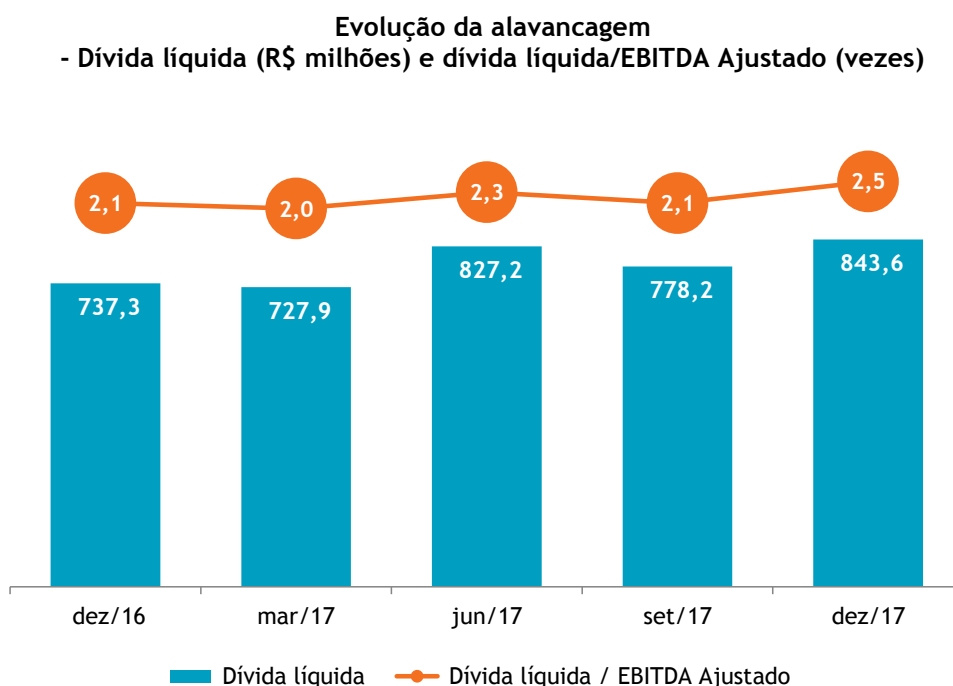
A Companhia adota as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Financial Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil para suas demonstrações contábeis consolidadas.

10.1 - Comentários sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,57. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esses índices foram de 1,37 e 1,51, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia totalizou R\$ 345,0 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Companhia, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão, créditos setoriais e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 737,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 843,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos setoriais, e o EBITDA Ajustado em 2017 foi de 2,5 vezes.



Em 2017, a Energisa Mato Grosso do Sul registrou lucro líquido de R\$ 87,0 milhões, contra os R\$ 115,4 milhões registrados em 2016. Por sua vez, a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 339,0 milhões em 2017, contra os R\$ 353,3 milhões apurados no ano anterior, redução de 4,0%.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o Patrimônio Líquido apresenta conservadores níveis de alavancagem. Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 essa relação era de 50,8%, 46,2% e 40,2%, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital se situa em níveis conservadores.

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 816,4 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 843,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 857,0 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 737,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 754,1 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 456,9 milhões.

- i) hipóteses de resgate;
- ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 311,2 milhões em dezembro de 2017 e R\$ 380,9 milhões em dezembro de 2016 e R\$ 310,3 milhões em dezembro de 2015.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Vide item “f”.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia busca sempre financiamentos que aperfeiçoem o perfil de endividamento do grupo através do BNDES, Eletrobras e outras fontes de financiamentos bancários, como Debêntures e Cédulas de Créditos Bancários.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

O Grupo buscará o controle dos endividamentos pela sua quantidade, duração média (“duration”), custo e escolha de credores (observando qualidade e concentração).

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

R\$ mil	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	642.812	650.065
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	95.460	102.487
Encargos de dívidas - moeda nacional	3.284	5.241
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	315	186
(-) Custos a amortizar - moeda nacional	(1.091)	(1.373)
(-) Custos a amortizar - moeda estrangeira	(988)	-
(-) Marcação a mercado de dívidas	(57)	6
Total	739.735	756.612
Circulante	37.205	136.115
Não Circulante	702.530	620.497

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação/R\$ mil	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (5)	Garantias (*)
	2017	2016					
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª série	291.414	292.084	TR + 7,00%	out-34	Mensal	7,60%	F
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª série	220.602	221.896	CDI + 0,70%	mai-31	Mensal	10,64%	F
Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾	41.942	32.915	TJLP + 3,96% a 4,26%	nov-21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾	37.013	29.034	TJLP + 3,96% a 4,26%	nov-21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽¹⁾	29.287	26.736	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽¹⁾	25.838	23.586	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	14,19%	A
Luz para Todos - Eletrobrás ⁽²⁾	-	29.055	6,00% a 8,00% (Pré)	mai-22	Trimestral	6,00% a 8,00%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.091)	(1.373)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	645.005	653.933					
Resolução 4131-Bank of America I ML	-	102.673	2,00% (Pré)	jun/17	Final	3,50%	A
Loan Citi - 4131 ⁽³⁾	47.898	-	Libor + 1,70% (Pré)	mai/22	Trimestral	4,50%	A
Loan Citi EDC- 4131 ⁽³⁾	47.877	-	Libor + 1,80% (Pré)	mai/22	Trimestral	4,60%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(988)	-	-	-	-	-	-
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	(57)	6	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	94.730	102.679					
Total EMS	739.735	756.612					

(*) A=Aval Energisa S.A., D= Fiança e F=Recebíveis.

- (1) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$147.123, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2017 foram liberados R\$143.798, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da empresa, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

- (2) A Companhia liquidou antecipadamente seus empréstimos junto a Eletrobrás em junho/2017.
- (3) Os contratos junto ao Loan Citibank possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos.
- (4) Em 31 de dezembro de 2017, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option".
- (5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2017	2016
US\$ x R\$	1,50%	-16,54%
TJLP	7,12%	7,50%
SELIC	9,85%	14,02%
CDI	9,94%	14,00%
IPCA	2,95%	6,29%
LIBOR	1,30%	0,67%
TR	0,60%	2,01%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2017
2019	33.629
2020	33.629
2021	91.302
2022	69.538
Após 2022	474.432
Total	702.530

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
Banco Itaú BBA - BNDES	269	282	540	1.091
Loan Citibank	201	201	487	889
Banco Citibank - EDC	22	22	55	99
Total	492	505	1.082	2.079

Debêntures

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados são:

Descrição (Valores em R\$ mil)	2017	2016
Debêntures - moeda nacional	455.996	353.240
(-) Custos de captação incorridos na emissão	(2.218)	(1.601)
Total	453.778	351.639
Circulante	7.437	79.518
Não Circulante	446.341	272.121

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	2017	2016						
7ª Emissão	-	353.240	31/05/2014	40.000 / 40.000	CDI + 2,28% a.a	mai/21	Semestral	12,22%
8ª Emissão	306.200	-	22/09/2017	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set/22	Anual	10,69%
9ª Emissão 1ª Série	10.905	-	31/10/2017	7.126 / 7.126	IPCA +4.4885%	out/22	Final	7,44%
9ª Emissão 2ª Série	2.033	-	31/10/2017	1.328 / 1.328	IPCA +4.7110%	out/24	Final	7,66%
9ª Emissão 3ª Série	3.786	-	31/10/2017	2.472 / 2.472	IPCA +5,1074%	out/27	Final	8,06%
9ª Emissão 4ª Série	133.072	-	31/10/2017	87.074 / 87.074	107,75% do CDI	out/22	Anual após out/20	10,71%
(-) Custo de captação incorrido na emissão	(2.218)	(1.601)	-	-	-	-	-	-
Total	453.778	351.639						

Em 09 de outubro de 2017, a Companhia efetuou a compra de 40.000 debêntures de sua emissão mantidas em tesouraria, canceladas em dezembro de 2017, referentes ao saldo em circulação da 7ª Emissão da 1ª série no valor de R\$295.058 mil que inclui juros de R\$1.351.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. O descumprimento destes índices financeiros pode implicar em vencimento antecipado das dívidas debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2017
2020	154.039
2021	143.522
2022	143.570
Após 2022	5.210
Total	446.341

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
Debêntures 8ª Emissão	194	194	535	923
Debêntures 9ª Emissão	263	117	915	1.295
Total	457	311	1.450	2.218

Posição em 31 de dezembro de 2016 (Valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados são como se segue:

	2016	2015
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	650.065	430.765
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	102.487	188.587
Encargos de dívidas - moeda nacional	5.241	2.352
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	186	401
(-) Custos a amortizar	(1.373)	(625)
(-) Mercação a mercado de dívidas	6	(3.659)
Total	756.612	617.821
Circulante	136.115	79.685
Não circulante	620.497	538.136

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (*)	Garantias
	2016	2015					
FIDC Grupo energisa IV	292.084	292.156	TR +7,00%	out-34	Mensal	9,18%	F
FIDC II Grupo Energisa	221896	-	CDI +0,70%	mai-31	Mensal	15,96%	F
FINAME I Safra	-	20	8,00%(Pré)	mar-16	Mensal	8,00%	B
FINAME II Safra	-	5	TJLP +5,70%	mar-16	Mensal	13,20%	B
Repasse BNDES I - Bradesco (3)	32.915	29.976	TJLP +3,96%a 4,26%	nov-21	Mensal	11,46%a 11,76%	A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	29.034	26.445	TJLP +3,96%a 4,26%	nov-21	Mensal	11,46%a 11,76%	A
Repasse BNDES II - Bradesco (3)	26.736	23.400	SELIC +4,34%	nov-21	Mensal	19,60%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	23.586	20.644	SELIC +4,34%	nov-21	Mensal	19,60%	A
Luz para Todos - Eletrobrás (-) Custo de captação incorrido na contratação	29.055	40.469	6,00%a 8,00%(Pré)	mai-22	Trimestral	6,00%a 8,00%	-
	(1373)	(624)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	653.933	432.491					
Resolução 4131- Bank Of America ML I (1)	102.673	123.015	2,00%(Pré)	jun-17	Final	-13,78%	A
Resolução 4131- Bank Of America ML II (1)	-	29.788	3,52%(Pré)	ago-16	Final	-12,26%	A
Resolução 4131- Bank Of America ML III (1)	-	36.186	1,90%(Pré)	set-16	Final	-13,88%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	6	(3.659)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeria	102.679	185.330					
Total	756.612	617.821					

(*) Incluir variação cambial

A = Aval Energisa S.A., B= Alienação Fiduciária, F=Recebíveis.

- (1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos
- (2) Em 31 de dezembro de 2016, estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option"
- (3) A controladora final Energisa S/A. firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$147.123, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2016 foram liberados R\$104.793 mil, referentes a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da empresa, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
CDI	14,00%	13,24%
TR	2,01%	1,80%
LIBOR	0,67%	0,29%
SELIC	14,02%	13,32%

Em 31 de dezembro de 2016, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	29.727
2019	28.745
2020	28.159
2021	36.939
2022	22.529
Após 2022	474.398
Total	620.497

Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionadas, são como segue:

Descrição	2016	2015
Debêntures - moeda nacional	353.240	405.442
(-) custo de captação incorridos na captação	(1.601)	(2.389)
Saldos em 2016 e 2015	351.639	403.053
Circulante	79.518	51.414
Não circulante	272.121	351.639

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos/circulação	Rendimentos	Amortização	Taxa efetiva de juros
	2016	2015					
7ª Emissão	353.240	405.442	31/05/2014	40.000/40.000	CDI + 2,28% a.a.	Semestral	17,54%
Total	353.240	405.442					

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Estes indicadores são mensurados com base nos números da Energisa S.A.. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	80.160
2019	80.160
2020	80.160
2021	32.600
	273.080
Custo de captação a apropriar	(959)
	272.121

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Debêntures - 7ª emissão	642	479	312	152	16	1.601

Posição em 31 de dezembro de 2015 (Valores em R\$ mil):

O saldo dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	430.765	443.179
Empréstimos e Financiamentos - moeda estrangeira	188.587	-
Encargos de dívidas - moeda nacional	2.352	5.489
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	401	-
(-) Custos a amortizar	(625)	-
(-) Marcação a mercado de dívidas	(3.659)	-
Total	617.821	448.668
Circulante	79.685	118.380
Não circulante	538.136	330.288

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (*)	Garantias
	2015	2014					
FIDC Grupo energisa IV	292.156	289.856	TR +8,00%	out-34	Mensal	9,80%	F
FINAME I Safra	20	381	8,00%(Pré)	mar-16	Mensal	8,00%	B
FINAME II Safra	5	96	TJLP +5,70%	mar-16	Mensal	12,70%	B
Repasse BNDES I - Bradesco (3)	29.976	-	TJLP +3,98% a 4,26%	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	26.445	-	TJLP +3,98% a 4,26%	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	A
Repasse BNDES II - Bradesco (3)	23.400	-	SELIC +4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	20.644	-	SELIC +4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Luz para Todos - Eletrobrás	40.469	52.647	6,00% a 8,00% (Pré)	mai-22	Trimestral	6,00% a 8,00%	-
Volkswagen	-	246	-	-	-	-	-
Leasing - HP	-	29	-	-	-	-	-
Nota promissória de Crédito - Itaú	-	105.413	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(624)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	432.491	448.668					
Resolução 4131- Bank Of America ML I (1)	123.015	-	2,00%(Pré)	jun-17	Final	49,01%	A
Resolução 4131- Bank Of America ML II (1)	29.788	-	3,52%(Pré)	ago-16	Final	50,53%	A
Resolução 4131- Bank Of America ML III (1)	36.186	-	1,90%(Pré)	set-16	Final	48,91%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(3.659)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeria	185.330	-					
Total	617.821	448.668					

(*) Incluir variação cambial

A = Aval Energisa S.A., B= Alienação Fiduciária, F=Recebíveis.

- (1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos.
- (2) Em 31 de dezembro de 2015, estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo e pela designação como "Fair Value Option"
- (3) A controladora final Energisa S/A firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$147.123, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Energisa de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$100.367 mil, referentes a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da empresa, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%
TJLP	7,00%	5,00%
CDI	13,24%	10,81%
TR	1,80%	0,86%
LIBOR	0,29%	0,23%
SELIC	13,32%	10,90%

Em 31 de dezembro de 2015, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2017	145.914
2018	27.435
2019	26.454
2020	25.867
2021	22.045
Após 2021	290.421
Total	538.136

Debêntures (não conversíveis em ações) - Principais características das debêntures:

	7º emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	31/05/2014
Data de vencimento	30/05/2021
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 2,28% a.a.
TIR (taxa efetiva de juros)	12,45% a.a.
Quantidade de títulos	40.000
Valor na data de emissão	400.000
Títulos em circulação	40.000
Carencia de juros	2 anos
Amortizações/parcelas	Mensal após carência
Saldo em 2015 (1)	403.053
Circulante	51.414
Não circulante	351.639
Saldo em 2014 (1)	401.893
Circulante	4.282
Não circulante	397.611

(1) Deduzido de R\$2.389 (R\$3.198 em 2014) referentes a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Estes indicadores são mensurados com base nos números da Energisa S.A.. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2015 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2016	52.202
2017	80.160
2018	80.160
2019	80.160
2020	80.160
2021	32.600
	405.442
Custo de captção a apropriar	(2.389)
	403.053

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Debêntures - 7ª emissão	788	642	479	312	168	2.389

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em dezembro de 2017, não existia valor contratado ainda não liberado para a Energisa Mato Grosso do Sul.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	2017	AV %	2016 (reapresentado)	AV %	AH %
Receita operacional líquida	2.234.492	100,0	1.975.675	100,0	13,1
Custo do serviço de energia elétrica	(1.783.038)	(79,8)	(1.598.588)	(80,9)	11,5
Lucro bruto	451.454	20,2	377.087	19,1	19,7
Despesas gerais e administrativas	(230.941)	(10,3)	(127.359)	(6,4)	81,3
Outras receitas	968	-	1.692	0,1	(42,8)
Outras despesas	(21.505)	(1,0)	(16.876)	(0,9)	27,4
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	199.976	8,9	234.544	11,9	(14,7)
Receita financeira	109.476	4,9	121.772	6,2	(10,1)
Despesas financeiras	(150.728)	(6,7)	(187.661)	(9,5)	(19,7)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(41.252)	(1,8)	(65.889)	(3,3)	(37,4)
Lucro antes dos impostos	158.724	7,1	168.655	8,5	(5,9)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(42.231)	(1,9)	(61.458)	(3,1)	(31,3)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(29.456)	(1,3)	8.168	0,4	-
Lucro líquido do exercício	87.037	3,9	115.365	5,8	(24,6)

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 2.234,5 milhões em 2017, contra R\$ 1.975,7 milhões em 2016, representando aumento de 13,1%, decorrente, principalmente do aumento das vendas de energia elétrica no mercado cativo e livre, bem como do aumento das tarifas.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 1.783,0 milhões em 2017, contra R\$ 1.598,6 milhões em 2016, representando aumento de 11,5%, decorrente do aumento dos custos de compra de energia elétrica.

Resultado Bruto

O resultado bruto em 2017 foi de R\$ 451,5 milhões, contra R\$ 377,1 milhões em 2016, ou seja, aumento de 19,7, devido ao aumento das vendas de energia elétrica.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 81,3%, para R\$ 230,9 milhões, devido, em parte, ao aumento das despesas com pessoal e serviços e terceiros.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou queda de 14,7% em 2017, passando para R\$ 200,0 milhões.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2017 representou despesa financeira líquida de R\$ 41,3 milhões, contra despesa financeira líquida de R\$ 65,9 milhões em 2016, redução de 37,4%.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 87,0 milhões em 2017, frente aos R\$ 115,4 milhões registrados no ano anterior. Esse resultado representa queda de 24,6%.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	2017	AV %	2016 (reapresentado)	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	52.816	1,9	85.961	3,2	(38,6)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	221.843	7,8	262.458	9,8	(15,5)
Consumidores e concessionárias	401.296	14,1	378.429	14,2	6,0
Estoques	3.283	0,1	3.548	0,1	(7,5)
Tributos a recuperar	72.252	2,5	49.125	1,8	47,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.441	0,1	-
Ativos financeiros setoriais	142.812	5,0	77.494	2,9	84,3
Outros créditos	84.530	3,0	67.941	2,5	24,4
Total do circulante	978.832	34,4	926.397	34,7	5,7
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Consumidores e concessionárias	38.618	1,4	34.070	1,3	13,3
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	36.503	1,3	32.468	1,2	12,4
Tributos a recuperar	21.050	0,7	28.333	1,1	(25,7)
Créditos tributários	104.273	3,7	143.122	5,4	(27,1)
Cauções e depósitos vinculados	84.016	3,0	69.401	2,6	21,1
Instrumentos financeiros derivativos	8.563	0,3	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	47.005	1,7	21.451	0,8	119,1
Contas a receber da concessão	704.613	24,8	611.700	22,9	15,2
Outros	3.010	0,1	3.535	0,1	(14,9)
	1.047.651	36,8	944.080	35,4	11,0
Investimentos	523	-	566	-	(7,6)
Intangível	819.871	28,8	798.261	29,9	2,7
Total do não circulante	1.868.045	65,6	1.742.907	65,3	7,2
Total do ativo	2.846.877	100,0	2.669.304	100,0	6,7

	2017	AV %	2016 (reapresentado)	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	247.166	8,7	165.449	6,2	49,4
Encargos de dívidas	3.599	0,1	5.157	0,2	(30,2)
Empréstimos e financiamentos	33.606	1,2	130.958	4,9	(74,3)
Debentures	7.437	0,3	79.518	3,0	(90,6)
Folha de pagamento	3.603	0,1	3.564	0,1	1,1
Impostos e contribuições sociais	66.943	2,4	71.691	2,7	(6,6)
Instrumentos financeiros derivativos	3.647	0,1	-	-	-
Obrigações estimadas	17.419	0,6	17.797	0,7	(2,1)
Contribuição de iluminação pública	13.611	0,5	10.091	0,4	34,9
Benefícios pós-emprego	7	-	-	-	-
Obrigações intrassetoriais	62.079	2,2	67.531	2,5	(8,1)
Incorporação de redes	11.869	0,4	12.636	0,5	(6,1)
Passivos financeiros setoriais	145.097	5,1	101.166	3,8	43,4
Outros passivos	11.586	0,4	11.934	0,4	(2,9)
Total do circulante	627.669	22,0	677.492	25,4	(7,4)
Não circulante					
Fornecedores	11.450	0,4	5.732	0,2	99,8
Empréstimos e financiamentos	702.530	24,7	620.497	23,2	13,2
Debentures	446.341	15,7	272.121	10,2	64,0
Impostos e contribuições sociais	14.745	0,5	20.427	0,8	(27,8)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	174.666	6,1	180.329	6,8	(3,1)
Benefícios pós-emprego	59	-	143	-	(58,7)
Obrigações intrassetoriais	8.079	0,3	6.082	0,2	32,8
Passivos financeiros setoriais	44.695	1,6	29.146	1,1	53,3
Outros passivos	195	-	323	-	(39,6)
Total do não circulante	1.402.760	49,3	1.134.800	42,5	23,6
Patrimônio líquido					
Capital social	616.732	21,7	616.732	23,1	-
Reservas de capital	118.594	4,2	118.594	4,4	-
Reservas de lucros	34.427	1,2	29.220	1,1	17,8
Dividendos adicionais propostos	46.993	1,7	75.655	2,8	(37,9)
Lucros acumulados	-	-	17.093	0,6	-
Outros resultados abrangentes	(298)	-	(282)	-	5,7
Total do patrimônio líquido	816.448	28,7	857.012	32,1	(4,7)
Total do passivo e patrimônio líquido	2.846.877	100,0	2.669.304	100,0	6,7

ATIVO

Circulante

Aplicações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 221,8 milhões, o que representa redução de 38,6% em comparação com 31 de dezembro de 2016.

Consumidores e concessionárias

Em 31 de dezembro de 2017 esta rubrica atingiu 401,3 milhões, o que representa aumento de 6,0% em comparação com 31 de dezembro de 2016.

ATIVO

Não Circulante

Contas a receber da concessão:

Em 31 de dezembro de 2017 esses ativos atingiram R\$ 704,6 milhões, aumento de 15,2% se comparado com 2016.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Fornecedores” totalizou R\$ 247,2 milhões, aumento de 49,4% em relação a 2016.

Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2017, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 33,6 milhões, redução de 74,2% em reação a 2016.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 702,5 milhões, aumento de 13,2% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Debêntures:

Em 31 de dezembro de 2017, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 446,3 milhões, aumento de 64,0% em relação a 2016.

Patrimônio Líquido

Capital social:

Em 31 de dezembro de 2017, a conta Capital Social atingiu R\$ 616,7 milhões, no mesmo valor de 31 de dezembro de 2016.

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	2016	AV %	2015 (Reapresentado)	AV %	AH %
Receita operacional líquida	1.963.574	100,0	2.056.608	100,0	(4,5)
Custo do serviço de energia elétrica	(1.583.255)	(80,6)	(1.676.589)	(81,5)	(5,6)
Lucro bruto	380.319	19,4	380.019	18,5	0,1
Despesas gerais e administrativas	(142.692)	(7,3)	(135.546)	(6,6)	5,3
Outras receitas	1.692	0,1	1.989	0,1	(14,9)
Outras despesas	(16.876)	(0,9)	(19.704)	(1,0)	(14,4)
Resultado antes das receitas e despesas	222.443	11,3	226.758	11,0	(1,9)
Receita financeira	121.772	6,2	119.996	5,8	1,5
Despesas financeiras	(187.661)	(9,6)	(181.403)	(8,8)	3,4
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(65.889)	(3,4)	(61.407)	(3,0)	7,3
Lucro antes dos impostos	156.554	8,0	165.351	8,0	(5,3)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(61.458)	(3,1)	(26.996)	(1,3)	127,7
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.282	0,6	(28.795)	(1,4)	(142,7)
Lucro líquido do exercício	107.378	5,5	109.560	5,3	(2,0)

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 1.963,6 milhões em 2016, contra R\$ 2.056,6 milhões em 2015, representando uma queda de 4,5%, decorrente, principalmente dos aumentos tarifários e da queda de 1,4% nas vendas ara o mercado cativo e livre.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 1.583,3 milhões em 2016, contra R\$ 1.676,6 milhões em 2015, representando uma queda de 5,6%.

Resultado Bruto

O resultado bruto em 2016 foi de R\$ 380,3 milhões, contra R\$ 380,0 milhões em 2015, ou seja, permaneceu praticamente constante.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 5,3%, indo de R\$ 135,5 milhões para R\$ 142,7 milhões.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras apresentou queda de 1,9% em 2016, indo de R\$ 226,8 milhões para R\$ 222,4 milhões.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2016 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 65,9 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 6,4 milhões em 2015.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 107,4 milhões em 2016, frente aos R\$ 109,6 milhões registrados no ano anterior. Esse resultado representa uma queda de 2,0%.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	2016	AV %	2015	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	85.961	3,2	79.347	3,1	8,3
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	262.458	9,9	214.828	8,3	22,2
Consumidores e concessionárias	378.429	14,3	408.282	15,7	(7,3)
Estoques	3.548	0,1	3.452	0,1	2,8
Impostos a recuperar	49.125	1,9	42.406	1,6	15,8
Instrumentos financeiros derivativos	1.441	0,1	4.518	0,2	(68,1)
Ativos financeiros setoriais	77.494	2,9	160.672	6,2	(51,8)
Outros créditos	67.941	2,6	74.826	2,9	(9,2)
Total do circulante	926.397	34,9	988.331	38,1	(6,3)
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Consumidores e concessionárias	34.070	1,3	36.117	1,4	(5,7)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.468	1,2	16.137	0,6	101,2
Impostos a recuperar	28.333	1,1	21.587	0,8	31,3
Créditos tributários	151.927	5,7	139.527	5,4	8,9
Cauções e depósitos vinculados	69.401	2,6	68.120	2,6	1,9
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0	29.783	1,1	(100,0)
Ativos financeiros setoriais	21.451	0,8	37.393	1,4	(42,6)
Contas a receber da concessão	585.802	22,1	438.954	16,9	33,5
Outros	3.535	0,1	4.509	0,2	(21,6)
	926.987	35,0	792.127	30,5	17,0
Investimentos	566	0,0	610	0,0	(7,2)
Intangível	798.261	30,1	816.335	31,4	(2,2)
Total do não circulante	1.725.814	65,1	1.609.072	61,9	7,3
Total do ativo	2.652.211	100,0	2.597.403	100,0	2,1

	2016	AV %	2015	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	165.449	6,2	212.259	8,2	(22,1)
Encargos de dívidas	5.157	0,2	2.753	0,1	87,3
Empréstimos e financiamentos	130.958	4,9	76.932	3,0	70,2
Debentures	79.518	3,0	51.414	2,0	54,7
Folha de pagamento	3.564	0,1	2.671	0,1	33,4
Tributos e contribuições sociais	71.691	2,7	70.694	2,7	1,4
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.423	0,4	(100,0)
Obrigações estimadas	17.797	0,7	17.914	0,7	(0,7)
Taxa de iluminação pública arrecadada	10.091	0,4	21.302	0,8	(52,6)
Benefícios a empregados - plano de pensão	-	-	84	0,0	(100,0)
Obrigações intrasetoriais	67.531	2,5	78.033	3,0	(13,5)
Incorporação de redes	12.636	0,5	24.369	0,9	(48,1)
Passivos financeiros setoriais	101.166	3,8	76.052	2,9	33,0
Outros passivos	11.934	0,4	10.431	0,4	14,4
Total do circulante	677.492	25,5	656.331	25,3	3,2
Não circulante					
Fornecedores	5.732	0,2	7.600	0,3	(24,6)
Empréstimos e financiamentos	620.497	23,4	538.136	20,7	15,3
Debentures	272.121	10,3	351.639	13,5	(22,6)
Tributos e contribuições sociais	20.427	0,8	10.940	0,4	86,7
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	180.329	6,8	206.239	7,9	(12,6)
Benefícios a empregados - plano de pensão	143	0,0	82	0,0	74,4
Obrigações intrasetoriais	6.082	0,2	9.175	0,4	(33,7)
Passivos financeiros setoriais	29.146	1,1	11.002	0,4	164,9
Outros passivos	323	0,0	2.670	0,1	(87,9)
Total do não circulante	1.134.800	42,8	1.137.483	43,8	(0,2)
Patrimônio líquido					
Capital social	616.732	23,3	595.649	22,9	3,5
Reservas de capital	118.594	4,5	118.594	4,6	-
Reservas de lucros	29.220	1,1	23.851	0,9	22,5
Dividendos adicionais propostos	75.655	2,9	44.471	1,7	70,1
Outros resultados abrangentes	(282)	(0,0)	(59)	(0,0)	378,0
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	-	21.083	0,8	(100,0)
Total do patrimônio líquido	839.919	31,7	803.589	30,9	4,5
Total do passivo e patrimônio líquido	2.652.211	100,0	2.597.403	100,0	2,1

ATIVO
Circulante

Aplicações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2016 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 262,5 milhões, o que representa um crescimento de 22,2% em comparação com 31 de dezembro de 2015.

Consumidores e concessionárias

Em 31 de dezembro de 2016 esta rubrica atingiu 378,4 milhões, o que representa uma queda de 7,3% em comparação com 31 de dezembro de 2015.

ATIVO
Não Circulante

Contas a receber da concessão:

Em 31 de dezembro de 2016 esses ativos atingiram R\$ 585,8 milhões, aumento de 33,5% se comparado com 2015.

PASSIVO
Circulante

Fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Fornecedores” totalizou R\$ 165,5 milhões, queda de 22,1% em relação a 2015.

Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2015, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 131,0 milhões, aumento de 70,2% em reação a 2015.

PASSIVO
Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Empréstimos e Financiamentos” atingiu R\$ 620,5 milhões, um aumento de 15,3% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Debêntures:

Em 31 de dezembro de 2016, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 272,1 milhões, queda de 22,6% em relação a 2015.

Patrimônio Líquido

Capital social:

Em 31 de dezembro de 2016, a conta Capital Social atingiu R\$ 616,7 milhões, aumento de 3,5% em relação a 2015.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	79.347	3,1	117.243	5,0	(32,3)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	214.828	8,3	197.726	8,5	8,6
Consumidores e concessionárias	408.282	15,7	270.686	11,6	50,8
Títulos de créditos a receber	-	-	3.843	0,2	-
Estoques	3.452	0,1	4.125	0,2	(16,3)
Impostos a recuperar	42.406	1,6	34.189	1,5	24,0
Instrumentos financeiros derivativos	4.518	0,2	149	0,0	2.932,2
Ativos financeiros setoriais	160.672	6,2	15.452	0,7	939,8
Outros créditos	74.826	2,9	51.577	2,2	45,1
Total do circulante	988.331	38,1	694.990	29,8	42,2
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Consumidores e concessionárias	36.117	1,4	40.202	1,7	(10,2)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	16.137	0,6	10.096	0,4	59,8
Impostos a recuperar	21.587	0,8	20.106	0,9	7,4
Créditos tributários	139.527	5,4	168.315	7,2	(17,1)
Cauções e depósitos vinculados	68.120	2,6	53.512	2,3	27,3
Instrumentos financeiros derivativos	29.783	1,1	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	37.393	1,4	196.069	8,4	(80,9)
Contas a receber da concessão	438.954	16,9	318.859	13,7	37,7
Outros	4.509	0,2	5.512	0,2	(18,2)
	792.127	30,5	812.671	34,8	(2,5)
Investimentos	610	0,0	654	0,0	(6,7)
Intangível	816.335	31,4	825.695	35,4	(1,1)
	-	-	-	-	-
Total do não circulante	1.609.072	61,9	1.639.020	70,2	(1,8)
Total do ativo	2.597.403	100,0	2.334.010	100,0	11,3

	2015	AV %	2014	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	212.259	8,2	162.480	7,0	30,6
Encargos de dívidas	2.753	0,1	5.489	0,2	(49,8)
Empréstimos e financiamentos	76.932	3,0	112.891	4,8	(31,9)
Debentures	51.414	2,0	4.282	0,2	1.100,7
Folha de pagamento	2.671	0,1	2.658	0,1	0,5
Tributos e contribuições sociais	70.694	2,7	48.656	2,1	45,3
Dividendos	-	-	7.944	0,3	-
Instrumentos financeiros derivativos	11.423	0,4	-	-	-
Obrigações estimadas	17.914	0,7	20.075	0,9	(10,8)
Taxa de iluminação pública arrecadada	21.302	0,8	14.925	0,6	42,7
Benefícios a empregados - plano de pensão	84	0,0	152	0,0	(44,7)
Obrigações intrassetoriais	78.033	3,0	39.360	1,7	98,3
Incorporação de redes	24.369	0,9	39.533	1,7	(38,4)
Passivos financeiros setoriais	76.052	2,9	6.451	0,3	1.078,9
Outros passivos	10.431	0,4	7.788	0,3	33,9
Total do circulante	656.331	25,3	472.684	20,3	38,9
Não circulante					
Fornecedores	7.600	0,3	2.468	0,1	207,9
Empréstimos e financiamentos	538.136	20,7	330.288	14,2	62,9
Debentures	351.639	13,5	397.611	17,0	(11,6)
Tributos e contribuições sociais	10.940	0,4	-	-	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	206.239	7,9	191.969	8,2	7,4
Benefícios a empregados - plano de pensão	82	0,0	57	0,0	43,9
Obrigações intrassetoriais	9.175	0,4	6.777	0,3	35,4
Incorporação de redes	-	-	25.783	1,1	-
Passivos financeiros setoriais	11.002	0,4	150.959	6,5	(92,7)
Outros passivos	2.670	0,1	1.335	0,1	100,0
Total do não circulante	1.137.483	43,8	1.107.247	47,4	2,7
Patrimônio líquido					
Capital social	595.649	22,9	595.649	25,5	-
Reservas de capital	118.594	4,6	118.594	5,1	-
Reservas de lucros	23.851	0,9	18.373	0,8	29,8
Dividendos adicionais propostos	44.471	1,7	21.501	0,9	106,8
Outros resultados abrangentes	(59)	(0,0)	(38)	(0,0)	55,3
Recursos destinados a futuro aumento de capital	21.083	0,8	-	-	-
Total do patrimônio líquido	803.589	30,9	754.079	32,3	6,6
Total do passivo e patrimônio líquido	2.597.403	100,0	2.334.010	100,0	11,3

ATIVO

Circulante

Aplicações financeiras:

Em 31 de dezembro de 2015 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 214,8 milhões, o que representa um crescimento de 8,6% em comparação com 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 as aplicações financeiras avaliadas a valor justo atingiram R\$ 325,1 milhão, o que representa um aumento de 291,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013.

Consumidores e concessionárias

Em 31 de dezembro de 2015 esta rubrica atingiu 408,3 milhões, o que representa um aumento de 50,8% em comparação com 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 esses ativos atingiram R\$ 270,7 milhões.

ATIVO

Não Circulante

Contas a receber da concessão:

Em 31 de dezembro de 2015 esses ativos atingiram R\$ 439,0 milhões, aumento de 37,7% se comparado com 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 esses ativos atingiram R\$ 318,9 milhões, o que representa um aumento de 22,7% em comparação com 31 de dezembro de 2013, que registrou R\$ 259,8 milhões. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 227,2 milhões.

Com o advento da Lei 12.783/2013 foi confirmada a intenção do Poder Concedente de utilizar o Valor Novo de Reposição (VNR) para valoração dos créditos a receber da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores:

Em 31 de dezembro de 2015, a conta "Fornecedores" totalizou R\$ 212,3 milhões, contra R\$ 162,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, ou seja, aumento de 30,6%.

Em 31 de dezembro de 2014, a conta "Fornecedores" totalizou R\$ 162,5 milhões.

Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2015, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 76,9 milhões, contra R\$ 112,9 milhões, o que representa uma redução de 31,9%. O aumento redução decorre, principalmente, do vencimento dessas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2014, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$ 112,9 milhões, contra R\$ 134,9 milhões, o que representa uma redução de 16,3% em relação a 31 de dezembro de 2013. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 129,7 milhões. Essa redução deve-se às operações de alongamento de dívidas realizadas em 2014.

PASSIVO

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos:

Em 31 de dezembro de 2015, a conta "Empréstimos e Financiamentos" atingiu R\$ 538,1 milhões, contra R\$ 330,3 milhões, o que representa um aumento de 62,9% em relação a 31 de dezembro de 2014. O aumento no saldo decorre, principalmente, de captação de recursos para fazer frente aos investimentos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, a conta "Empréstimos e Financiamentos" atingiu R\$ 330,3 milhões, o que representa um aumento de 12,9% em relação a 31 de dezembro de 2013. Em 01 de janeiro de 2013, o saldo desta conta era de R\$ 481,1 milhões.

Debêntures:

Em 31 de dezembro de 2015, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 351,6 milhões, queda de 11,6% em relação aos R\$ 397,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, a conta “Debêntures” atingiu R\$ 397,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a empresa não tinha emissão de debêntures.

Patrimônio Líquido

Capital social:

Em 31 de dezembro de 2015, a conta Capital Social atingiu R\$ 595,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014, a conta Capital Social atingiu R\$ 595,6 milhões, contra R\$ 533,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Esse aumento decorre do aumento de capital por subscrição particular de ações.

Patrimônio líquido:

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido atingiu R\$ 803,6 milhões, o que representa um aumento de 6,6% em comparação com 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido atingiu R\$ 754,1 milhões.

10.2 - Comentários sobre:

a) Resultados das operações da Companhia

Em 2017, a Energisa Mato Grosso do Sul apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 3.080,2 milhões contra R\$ 2.799,5 milhões registrados em 2016, aumento de 10,0% (R\$ 280,7 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou crescimento de 15,0% (R\$ 263,0 milhões) no período, para R\$ 2.012,2 milhões. A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Exercício		
	2017	2016	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	2.678,9	2.593,4	+ 3,3
✓ Residencial	1.178,9	1.093,3	+ 7,8
✓ Industrial	236,0	290,0	- 18,6
✓ Comercial	680,5	662,5	+ 2,7
✓ Rural	270,6	244,2	+ 10,8
✓ Outras classes	312,9	303,4	+ 3,1
(+) Suprimento de energia elétrica	44,7	88,2	- 49,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	0,4	(5,1)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	127,4	101,5	+ 25,5
(+) Receitas de construção	222,3	226,5	- 1,9
(+) Constituição e amortização - CVA	38,6	(136,7)	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	168,5	129,8	+ 29,8
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	17,0	24,6	- 30,9
(+) Outras receitas	4,7	3,8	+ 23,7
(=) Receita bruta (*)	3.302,5	3.026,0	+ 9,1
(-) Impostos sobre vendas	797,9	742,2	+ 7,5
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	8,0	2,2	+ 263,6
(-) Encargos setoriais	262,1	305,9	- 14,3
(=) Receita líquida	2.234,5	1.975,7	+ 13,1
(-) Receitas de construção	222,3	226,5	- 1,9
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	2.012,2	1.749,2	+ 15,0

(*) Valor em 2016 foi reclassificado pela bandeira tarifária.

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam: i) acréscimo de 2,5% no número de consumidores e o aumento de 5,4% do consumo no mercado cativo e livre; ii) constituição de receita no valor de R\$ 38,6 milhões em 2017 em decorrência de reconhecimento de ativos e passivos financeiros regulatórios, contra amortização de despesas de ativos e passivos regulatórios no montante de R\$ 136,7 milhões em 2016; iii) constituição de ativo financeiro indenizável no valor de R\$ 17,0 milhões em 2017; e iv) redução tarifária anual média de 1,92% a partir de 08/04/2017.

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 2.034,4 milhões em 2017, aumento de 16,8% (R\$ 293,3 milhões), quando comparadas com 2016. Desse total, os custos e despesas controláveis aumentaram 22,2% ou R\$ 77,9 milhões, totalizando R\$ 428,3 milhões. As despesas não controláveis apresentaram acréscimo de 18,0% ou R\$ 193,3 milhões em 2017, totalizando R\$ 1.265,7 milhões. A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2017	2016	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	1.265,7	1.072,4	+ 18,0
1.1 Energia comprada	1.138,8	935,1	+ 21,8
1.2 Transporte de potência elétrica	126,9	137,3	- 7,6
2 Custos e Despesas controláveis	428,3	350,4	+ 22,2
2.1 PMSO	417,3	356,9	+ 16,9
2.1.1 Pessoal	187,0	163,5	+ 14,4
2.1.2 Fundo de pensão	5,1	4,2	+ 21,4
2.1.3 Material	25,1	22,6	+ 11,1
2.1.4 Serviços de terceiros	168,6	131,9	+ 27,8
2.1.5 Outras	31,5	34,7	- 9,2
✓ Multas e compensações	8,7	13,0	- 33,1
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	14,6	21,2	- 31,1
✓ Outros	8,2	0,5	+ 1.540,0
2.2 Provisões/Reversões	11,0	(6,5)	-
2.2.1 Contingências	(9,9)	(40,7)	- 75,7
2.2.2 Devedores duvidosos	20,9	34,2	- 38,9
3 Demais receitas/despesas	118,1	91,8	+ 28,6
3.1 Depreciação e amortização	97,6	76,6	+ 27,4
3.2 Outras receitas/despesas	20,5	15,2	+ 34,9
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	1.812,1	1.514,6	+ 19,6
Custo de construção (*)	222,3	226,5	- 1,9
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	2.034,4	1.741,1	+ 16,8

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Em 2017, a Energisa Mato Grosso do Sul registrou lucro líquido de R\$ 87,0 milhões, contra os R\$ 115,4 milhões registrados em 2016. Por sua vez, a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 339,0 milhões em 2017, contra os R\$ 353,3 milhões apurados no ano anterior, redução de 4,0%. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T17	4T16	Var. %	2017	2016	Var. %
(=) Lucro Líquido	32,4	79,1	- 59,0	87,0	115,4	- 24,6
(-) Contribuição social e imposto de renda	(43,7)	(34,5)	+ 26,7	(71,7)	(53,3)	+ 34,5
(-) Resultado financeiro	5,7	(10,0)	-	(41,3)	(65,9)	- 37,3
(-) Depreciação e amortização	(28,3)	(20,4)	+ 38,7	(97,6)	(76,6)	+ 27,4
(=) Geração de caixa (EBITDA)	98,7	144,0	- 31,5	297,6	311,2	- 4,4
(+) Receita de acréscimos moratórios	10,8	9,7	+ 11,3	41,4	42,1	- 1,7
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	109,5	153,7	- 28,8	339,0	353,3	- 4,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	17,6	27,5	- 9,9 p.p	15,2	17,9	- 2,7 p.p

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda de energia para os consumidores cativos não são reajustadas por um índice específico e sim, de acordo com a metodologia da ANEEL. Já a receita da energia vendida para os consumidores livres são impactadas pela variação no IGPM.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Variações no IPC-A afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

10.3 - Comentários sobre:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável à Companhia

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável à Companhia

c) Eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4 - Comentários sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC 48 / IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2018
CPC 47 / IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016.	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 10 (R1) / IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 11 / IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 28 / IAS 40	Transferências de propriedade de investimentos	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Leases (Arrendamentos)	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes:

(i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva,

contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas em 2018, quando a Companhia passará a adotar a IFRS 9.

(a) Classificação e mensuração

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo utilizado de perda incorrida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes, consumidores e concessionárias. Esta nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Companhia não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9.

(c) Contabilidade de *hedge*

De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de hedge.

Divulgação: A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação as informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

Transição: As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

(ii) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes:

A IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia optou por adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. Desta forma, a aplicação deste pronunciamento terá seus impactos refletidos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma análise detalhada de suas receitas e não identificou circunstâncias que indicassem que a adoção do IFRS 15/CPC47, causará efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

(a) Receita de distribuição de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação no momento em que é faturada, com base no consumo medido multiplicado pela tarifa vigente. Adicionalmente, a Companhia estima e reconhece a receita não faturada com base da data efetiva de medição e o encerramento do mês.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é improvável, a Companhia deve avaliar se estas receitas serão reconhecidas líquidas das perdas estimadas. Com base na avaliação realizada pela Companhia não há impacto de perdas estimadas a ser considerado.

A Companhia, distribuidora de energia elétrica, é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores que compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. As penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

(b) Receita de Disponibilidade do sistema de transmissão e distribuição da rede elétrica

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço aos consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(c) Receita de subvenções governamentais

A receita de subvenções governamentais é composta pelo subsídio fornecido pelo governo para consumidores enquadrados como baixa renda e pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa o custeio dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(d) Receita de construção da infraestrutura

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(e) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (CVA - ativa e passiva)

Corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(f) Receita de comercialização e liquidação de energia

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é liquidado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(g) Receita de uso mútuo de redes e postes

Essa receita é oriunda dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. Sobre esta receita é aplicado um fator de compartilhamento com o consumidor, em montante igual a 60% da média anual dos últimos 3 anos, incorporado às tarifas como redutor de receita. Esse fator redutor é aplicado a cada 5 anos no processo de revisão tarifária periódica.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(h) Ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de atualização reconhecida pela distribuidora de energia elétrica é reconhecida a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(iii) IFRS 16 Leases (arrendamentos):

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os

arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Em 2018 a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento será modificada, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 17 das demonstrações financeiras.

Transição: Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

(iv) Outras alterações:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016;
- Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda;
- Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23;
- Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 não contém ressalvas.

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia

Não aplicável

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a) Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço

Não aplicável.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável

10.8 - Principais elementos do plano de negócios da Companhia

a) Investimentos

Com foco na continuidade da execução do plano de investimento da Energisa Mato Grosso do Sul, visando a constante ampliação da capacidade do seu sistema elétrico, a melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica e o suporte ao seu crescimento de mercado, a Energisa Mato Grosso do Sul investiu ao longo dos últimos três anos aproximadamente R\$ 932,0 milhões, dos quais R\$ 467,1 milhões em 2017.

Os investimentos em ativos elétricos (excluindo os recursos provenientes das Obrigações Especiais) somaram R\$ 199,7 milhões no ano, 42,8% do total. Estes investimentos estão focados na expansão e reforço da rede elétrica, bem como na melhoria contínua da qualidade de energia fornecida. Os investimentos provenientes de Obrigações Especiais totalizaram R\$ 254,6 milhões (54,5% do total), primordialmente atrelados ao programa de universalização (PLPT). Os investimentos realizados no quarto trimestre e em 2016 foram os seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	2017	2016	Var. %
Ativos Elétricos	199,7	197,8	+ 1,0
Obrigações Especiais (*)	254,6	32,2	+ 690, 7
Ativos Não Elétricos	12,8	14,4	+ 14,4
Total dos Investimentos	467,1	244,4	+ 91,1

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Destacam-se as seguintes realizações em 2017:

- i) finalização da construção da linha de distribuição, 138 kV, Dourados Santa Cruz - Dourados Maxwell para adequação do suprimento a região;
- ii) finalização da construção da linha de distribuição, 138 kV, Campo Grande Eletrosul - Campo Grande II C2, para interligação do sistema de distribuição da Energisa MS à Rede Básica, visando a adequação do suprimento a região e a melhoria da qualidade do produto e serviço;
- iii) finalização da construção da linha de distribuição, 138 kV, Campo Grande Eletrosul - Campo Grande Cuiabá (C2) para adequação do suprimento a região;
- iv) aquisição de transformador reserva 34,5/13,8 kV de 7,5 MVA;
- v) continuidade e incremento nos programas para melhoria da qualidade do serviço, com instalação 113 religadores em redes de distribuição automatizados/telecomandados; instalação de 300 chaves fusíveis religadoras; renovação dos equipamentos de subestações; instalação de 729 sinalizadores de falta nas redes de média tensão, nos alimentadores que atendem municípios; instalação de 6720 conjuntos para-raios nas redes de distribuição; e
- vi) ampliação de 109 MVA na capacidade de transformação das subestações e construção de 6 alimentadores em média tensão.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia, que sintetiza as diversas obras realizadas no ano de 2017:

Ativo	2017	2016	Acréscimo
Subestações - nº	101	100	+ 1
Capacidade instalada nas subestações - MVA	2.466	2.357	+ 109
Linhas de transmissão - km (*)	3.869	3.810	+ 59
Redes de distribuição (próprias) - km	98.141	87.895	+ 10.246
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	82.533	65.308	+ 17.225
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	2.376	1.939	+ 437

(*) Linhas de transmissão 138 kV e 69 kV.

Para 2018, a Energisa Mato Grosso do Sul prevê investimentos de R\$ 219,1 milhões, assim discriminados, conforme Fato relevante divulgado em 14 de março de 2018:

Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE e Participação Financeira do Consumidor)	Total
162,8	37,6	200,4	18,7	219,1

Os valores acima foram estimados pela Administração da Companhia e englobam os ativos elétricos e não-elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; e (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não se aplica

c) Novos produtos e serviços

Não aplicável

10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima

Campo Grande, 23 de março de 2018.

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração